

FILOSOFIA PLATÔNICA: APONTAMENTO SOBRE EDUCAÇÃO

* M.Sc. Patrícia Batista dos Santos Patricia

** M.Sc. Edney Menezes Nogueira

*** Dra. Danielle Thaís Barros de Souza Leite

**** Especialista Bruno Manzano Troccoli Leite

***** Msc. Ana Maria Plech de Brito

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo trazer uma discussão teórica a partir das ideias de Platão, ainda pertinentes e atuais, alguns apontamentos sobre educação e política como instrumentos de desenvolvimento humano. No primeiro capítulo, apresentam-se alguns pontos da filosofia platônica relacionados à íntima relação entre educação e política. Uma demanda a outra como as duas faces de uma moeda. Aborda-se, também, a importância histórica da fundação da Academia e seu projeto pedagógico baseado no desenvolvimento das habilidades naturais de cada indivíduo e sua importância na construção de uma sociedade justa para todos. No segundo momento discute-se a interpretação pedagógica e política do mito da caverna, ressaltando a missão libertadora do professor, como formador de uma consciência político-social, personificada no filósofo Sócrates, protótipo, segundo Platão, de educador. Faz-se, ainda, referência à função da escola como abertura à luz em um mundo de sombras.

Palavras-chave: Educação; Formação; Filosofia

ABSTRACT

The present work had as objective to bring a theoretical discussion from the ideas of Plato, still relevant and current, some notes on education and politics as instruments of human development. In the first chapter, some points of Platonic philosophy related to the intimate relationship between education and politics are presented. One demands the other as the two sides of a coin. It also discusses the historical importance of the foundation of the Academy and its pedagogical project based on the development of each individual's natural abilities and their importance in building a just society for all. In the second moment we discuss the

pedagogical and political interpretation of the cave myth, highlighting the teacher's liberating mission as a form of social-political consciousness, personified in the Socrates philosopher, a prototype, according to Plato, as an educator. Reference is also made to the function of the school as an opening to light in a world of leftovers.

Palavras-chave: Education; Formation; Philosophy

* Mestre em educação e Licenciada em História pela Universidade Federal de Sergipe, membro do grupo de pesquisa de História da Educação no Nordeste e professora da Universidade Tiradentes. E-mail: prof.patriciaabs@gmail.com

** Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Gregoriana, Licenciado em Filosofia pela FACESTA - Alagoas é professor de Filosofia do IFS. E-mail: prof.edney1@gmail.com

*** Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA/UFS. E-mail: daniellethais@yahoo.com.br

**** Graduado e Especialista em Engenharia Civil. E-mail: brunomanzano@gmail.com

***** Mestre em Educação pela Universidade Tiradentes – UNIT. E-mail: ana_brito@unit.br

1 INTRODUÇÃO

A educação, enquanto processo de ensino aprendizagem, é prática tão antiga quanto a própria humanidade, uma vez que o homem, por ser animal racional (assim o definiu Aristóteles) desde suas origens, constrói, acumula e transmite conhecimento. Já a educação, enquanto teoria de práticas de aprendizagem, inicia-se com os filósofos gregos do século IV a.C., entre eles Platão.

Platão possuía projeto político ambicioso para sua época, que consistia numa reforma social. Seu ponto de partida era a antropologia. Segundo ele, os homens nascem diferentes graças às habilidades de cada um e seu ponto de chegada é a vida pública, a política, mais precisamente o governo da cidade. O meio para conseguir esse fim é a educação, por isso não fundou um partido político, mas, sim, uma escola: a Academia, em que, após período de educação comum a todos, alguns vinham selecionados para continuar os estudos com a finalidade de se tornarem filósofos e, portanto, educadores e responsáveis pelo governo da cidade.

Ao fundar a Academia em Atenas, Platão iniciava seu projeto de reforma social tendo como ponto de partida a educação, através da qual ele acreditava renovar as bases de uma democracia corrompida pela injustiça social e transmutada em uma oligarquia tirânica. A justiça, segundo ele, é a base de uma civilização, mas, para que a justiça se transforme em ação justa, é necessário o seu conhecimento teórico, que torna possível criar leis justas que possam ser observadas por todos. A quem compete fazer leis justas? Somente aqueles que possuem o conhecimento teórico da justiça. Aos outros, cabe a obediência e a observância na prática da aplicação das leis.

A educação no universo grego de Platão servia, portanto, para, de um lado, construir homens (filósofos) capazes de compreender o conceito de justiça e, assim, governar a cidade de forma justa e, de outro, treinar todos os cidadãos para a prática da justiça. Assim, alguns nasceram para governar, filósofos detentores do conhecimento do justo, e outros para serem governados, cidadãos capazes de prática do justo.

Atenas é considerada o berço da democracia, não porque ali houve momento democrático que pudesse ser parâmetro e paradigma para as demais democracias de todos os tempos, mas porque começou a se discutir a respeito à participação popular no poder e no governo da cidade. Na prática, essa participação não acontecia, pois, Atenas era governada por uma oligarquia que não abria mão do poder nem estava disposta a dividi-lo com o povo.

Platão foi um crítico ferrenho dessa democracia, que havia, de forma injusta e corrupta, julgado e condenado seu mestre Sócrates à morte. No entanto, sua decepção com o modelo político de então não constituiu para ele uma ocasião de desânimo e indiferença política, mas, ao contrário, serviu de inspiração para propor nova forma de governo que estivesse totalmente fundada nos alicerces da justiça.

Nasce, assim, *A República*, obra-prima que se revelou muito mais um manual de educação do que de política, porque, segundo Platão, não se renova a política se não pela educação. Essa concepção volta a ganhar forças nos dias atuais. Como bem observa Teixeira (1999, p. 6), “Sem dúvida, um dos grandes méritos de nosso século foi o de despertar uma consciência, praticamente universal, a respeito da educação e sua importância para o desenvolvimento das nações”. E, sem dúvida, Platão é um dos grandes teóricos da educação que ajudou para o despertar dessa consciência.

Hoje existe consenso de que a educação é o caminho por excelência para o desenvolvimento. A questão é perguntar o que se entende por “desenvolvimento?”. Este não pode estar vinculado apenas ao avanço da

economia e da tecnologia, deixando para trás grande parte da humanidade, nem a educação pode ser vista apenas como porta de entrada para o mercado de trabalho. Pensando com Platão, a educação possui papel muito mais nobre, que vai além de seu aspecto técnico, uma vez que, segundo ele, não há desenvolvimento sem justiça, pois o primeiro aspecto do desenvolvimento que interessa à educação é promover a igualdade de oportunidade para todos os seres humanos. É o homem que deve desenvolver-se pela educação e não apenas a economia, o mercado de trabalho, a técnica. Como sabiamente afirmou o filósofo Immanuel Kant, “O homem só se pode tornar homem através da educação. Nada mais é do que aquilo que a educação o torna” (KANT, 2002, p. 12).

O debate iniciado por Platão e sua proposta educacional são instigantes e permanecem atuais. A educação como meio de renovação política, a escola e seu papel social, a justiça como base de uma civilização serão pontos que abordados neste trabalho. Apresenta-se, ainda que de forma simples e não exaustiva, a proposta educacional de Platão como meio de desenvolvimento da sociedade a partir de um governo fundado no conhecimento da Justiça, e voltado ao bem comum.

No primeiro capítulo, apresentam-se alguns pontos da filosofia platônica relativos à íntima relação entre educação e política. Uma demanda a outra como as duas faces de uma moeda. Aborda-se, também, a importância histórica da fundação da Academia e seu projeto pedagógico baseado no desenvolvimento das habilidades naturais de cada indivíduo e sua importância na construção de uma sociedade justa para todos.

No segundo capítulo, discute-se a interpretação pedagógica e política do mito da caverna, ressaltando a missão libertadora do professor, como formador de uma consciência político-social, personificada no filósofo Sócrates, protótipo, segundo Platão, de educador. Faz-se, ainda, referência à função da escola como abertura à luz em um mundo de sombras.

A pretensão deste trabalho é modesta, nele se fazem, a partir das ideias de Platão, ainda pertinentes e atuais, alguns apontamentos sobre educação e política como instrumentos de desenvolvimento humano.

2 TRAÇOS MARCANTES DE PLATÃO E DA FILOSOFIA PLATÔNICA

Platão foi filósofo, político e educador. Com Sócrates e Aristóteles, ele formou a tríade dos grandes pensadores gregos que estão na base da construção da cultura ocidental. Como político, criou sistema utópico que serviu em sua época – e ainda permanece atual – de parâmetro crítico de estruturas carcomidas

pela injustiça social; como educador, ele vislumbrou na educação o meio de reconstruir a *pólis* falida e desenvolver processo civilizatório baseado na ideia de justiça. Para tanto fundou a Academia, primeira escola formal de que se tem notícia, cuja preocupação central era em formar o cidadão que faria parte da construção da nova civilização. Na Academia se preparava o homem para a vida pública, formando seu caráter a partir de sua aptidão natural. Cada homem pode encontrar seu lugar na sociedade e, em conjunto, trabalhar na construção da *pólis*. Afinal de contas, os homens se unem por necessidades, como afirma o próprio Platão, “... os homens se associam entre eles por causa das várias necessidades que possuem” (PLATONE, 369c, 1997, p. 105). A educação é o caminho para inclusão e participação na vida social.

Alguns homens não estão apenas na História, eles fazem História. Como afirmou Leclerc: “Alguns homens não possuem simplesmente um destino: eles próprios se tornam destino para muitos de nós. Aquilo que vivem e aquilo que dizem toca a todos nós” (LECLERC, 1993. p 10). Platão, sem dúvida, pode ser considerado um desses homens que personificam e universalizam o destino de muitos. Gênio reconhecido, não apenas tratou, com intelectual mestria, de questões cruciais de sua época, mas acabou por lançar luzes sobre as questões cruciais de todas as épocas, porquanto seu pensamento continua atual e servindo de referencia, para analisar questões profundas, existenciais do indivíduo ou sociais.

Platão, segundo Abbagnano (2003, p. 90)., “nasceu em Atenas por volta de 428 a.C. de família de antiga nobreza que descendia por parte materna de Solon e por parte paterna de Crodo”. Aos vinte anos de idade já era discípulo de Sócrates, o grande mestre de Atenas. Ficou ao lado de seu mestre durante seu injusto julgamento e a morte, momentos que irão influenciar seus escritos e, principalmente, a formulação do conceito de justiça que permeará toda a sua concepção de política. De acordo com Abbagnano (2003, p. 90), “ele desde jovem desejava dedicar-se à vida pública”.

Como filósofo, na constelação de Atenas, a estrela de Platão certamente teve o brilho mais intenso. A seu respeito, Mondin registra que:

Platão é um gênio grandioso, colossal, multiforme, um gigante da literatura, da Filosofia e da política. (...) é o criador de um majestoso sistema metafísico e de um admirável sistema ético, estético e Político. (...) Nenhum outro filósofo influenciou tanto quanto Platão, o destino da filosofia ocidental (MONDIN, 2001, p. 43).

Também Hegel, um dos maiores expoentes da filosofia moderna, testemunhou a respeito de Platão:

Platão é uma figura de importância histórica mundial e sua filosofia é uma daquelas criações de ressonância universal, que desde seu surgimento teve sucessiva influência sobre todas as demais que a sucedeu, principalmente aquelas a respeito da educação e do desenvolvimento do espírito humano (HEGEL, 1964, p. 154).

Como discípulo de Sócrates, Platão herdou do mestre as principais ideias e, principalmente, o método dialógico. Ele foi fiel continuador do espírito socrático, que perscruta a alma humana na incessante busca da verdade além das aparências sensíveis, que induzem ao irreal e ao falso. Assim como Sócrates, seu discípulo Platão acreditava que a missão sublime da filosofia era descortinar o mundo de aparências e atingir o mundo das essências, após ter abandonado a via dos sentidos e enveredar no caminho seguro do intelecto.

Platão escreveu suas obras em forma de diálogo em que Sócrates sempre se apresenta como personagem principal, aquele que dará voz a suas ideias. Desse processo, deriva a dialética, entendida como degraus galgados pelo intelecto no esforço contínuo para alcançar a verdade. Os homens comuns, segundo Reale e Antiseri (2005, p. 149), “... se detêm nos primeiros degraus da primeira forma de conhecimento, isto é, não ultrapassam o nível da opinião”, que, ainda de acordo com os autores, “é esse processo, pelo qual o intelecto passa de Ideias para Ideia”. A dialética é um esforço ascendente que liberta o pensador das amarras do sensível e o torna livre intelectualmente para adentrar o mundo das Ideias e colher a verdadeira essência dos seres. A dialética, pode-se afirmar, é a atividade discursiva do espírito. A mente humana, presa ao mundo sensível, não pode intuir a realidade absoluta de modo imediato e direto, mas consegue alcançá-la mediante lento e longo esforço dialético para superar o mundo das aparências.

Platão criou um dos maiores sistemas de pensamento da história da filosofia: o Idealismo, termo que, no entender de Abbagnano (2001, 551), “foi introduzido na linguagem filosófica por volta do século XVII, referindo-se à doutrina platônica das ideias”. Enquanto doutrina, o Idealismo admite a existência de realidades suprassensíveis. A essência das coisas é a ideia, fonte de perfeição. O perfeito é o ideal, o material é imperfeito. Segundo Reale e Antiseri:

As ideias de que falava Platão não são, portanto, simples conceitos ou representações puramente mentais (...) mas representam *entidades, substâncias*. As ideias. Em suma,

não são simples pensamentos, mas *aquilo que* o pensamento pensa quando liberto do sensível: constituem o *verdadeiro ser*, o ser por excelência. Em breve: as Ideias platônicas são as essências das coisas, ou seja, aquilo que faz com que cada coisa seja aquilo que é (REALE & ANTISERI, 2005, p. 137).

O Idealismo admite a existência de um mundo ideal, perfeito, que Platão denominou hiperurânio e que, de acordo com Reale e Antiseri,

é constituído por multiplicidade, porquanto existem Ideias de todas as coisas: Ideias dos valores estéticos, Ideias de valores morais, Ideias das diversas realidades corpóreas, Ideias dos diversos entes geométricos e matemáticos, etc. Tais Ideias não estão sujeitas a geração, sendo incorruptíveis, como o ser eleático (REALE & ANTISERI, 2005, p. 138).

Platão observou que o mundo sensível, o mundo das experiências particulares, oferece ao homem apenas conhecimento precário, ilusório e determinado por certas circunstâncias, ou seja, conhecimento limitado e imperfeito. Pela experiência, por exemplo, pode-se classificar uma flor de “bela” em seu pleno vigor, mas ela perde sua beleza quando murcha. Dessa forma, aquilo que é belo em um momento passa a não sê-lo em outro. Essa mutabilidade do ser, colhida pela experiência sensível e particular, não é capaz de dizer, de fato, o que seja o “belo em si”. Para conhecer, não essa ou aquela flor bela, mas a *beleza em si* se faz necessário abandonar a via da experiência sensível e ingressar intelectualmente no mundo das Ideias onde será possível contemplar a Ideia de Belo. Só assim ocorrerá conhecimento verdadeiro, que permitirá, inclusive, criar hierarquia da beleza, ao dizer-se, por exemplo, que uma flor é mais bela que outra, a partir do grau de perfeição de beleza que cada uma contém.

Com seu sistema de pensamento filosófico, Platão inspirou e continua a inspirar grandes pensadores de todos os tempos. Agostinho de Hipona, Cícero, Plutarco, Plotino, Maquiavel, Descartes, Hobbes, Leibniz, Mill, Schopenhauer, Kierkegaard, Nietzsche, Heidegger, Arendt, Gadamer e Bertrand Russell, entre outros, garimpam na filosofia platônica em busca do tesouro da Verdade. Eles testemunham a grandeza de Platão e o poder de alcance de sua filosofia.

2.1 Academia: Gênese da Educação Formal e Pública

O filósofo Platão foi político por excelência. Como informa Bortolo Valle (2009, p. 19), “uma incursão sobre a vida de Platão revela sua profunda

vinculação com a política. Filho de aristocratas, Platão, desde a sua juventude, esteve próximo aos desafios que norteavam a vida pública de sua cidade”. Mas, se se pode atribuir a ele sucesso enquanto filósofo, o mesmo não se pode dele dizer enquanto político, campo em que teve muitas frustrações. Reale e Antiseri registram episódio de decepção de Platão com a atividade política:

Platão travou seu primeiro contato direto com a vida política em 404/403 a.C., quando a aristocracia assumiu o poder e dois parentes seus, Cármides e Crítias, tiveram importante participação no governo oligárquico. Foi certamente uma experiência amarga e frustrante para ele, em consequência dos métodos facciosos e violentos que constatou serem aplicados exatamente por aqueles nos quais depositava confiança (REALE & ANTISERI, 2005, p. 138).

No entanto, com certeza, a maior decepção com a política Platão a teve na condenação à morte de Sócrates, seu mestre, como bem o registram Reale & Antiseri (2005, p. 138), “seu desgosto com os métodos da política praticada em Atenas deve ter alcançado o máximo de sua expressão com a condenação de Sócrates à morte”. Essa condenação ocorreu em um governo democrático, o que acentuou sua decepção. A experiência da morte de Sócrates, que Platão julgou injusta, o levou a formular a teoria do Estado perfeito, a saber, aquele que teria a justiça por base. Ao idealizar a utópica sociedade perfeita num Estado perfeito, ele escreveu *A República* (Diálogo, narrado em primeira pessoa por Sócrates, acerca da definição e do conceito de Justiça), a maior obra política de sua época.

Aos quarenta anos idade, Platão viajou para a Itália onde teve novas experiências políticas, quando Dionísio I, tirano de Siracusa, o convidou para sua corte. Acreditando poder influenciar os métodos políticos do anfitrião e poder implantar seu ideal de rei-filósofo, Platão logo percebeu que isso não seria possível, o que o levou a se indispor com o tirano e voltar para Atenas.

Depois de inúmeras tentativas de interferir diretamente na política, Platão entendeu que o caminho mais eficaz de interferência seria a educação. Assim, em 388 a. C., fundou a Academia, primeira instituição de ensino formal de que se tem notícia. A finalidade dessa escola, no dizer de Reale e Antiseri,

Não consistia na difusão de um saber preocupado apenas com a erudição, mas devia se traduzir na preocupação de, através do saber e de sua organização, formar homens novos, capazes de renovar o Estado. Em suma, a Academia, enquanto viveu Platão, se fundamentou no pressuposto de que o conhecimento torna os homens

melhores e, conseqüentemente, aperfeiçoa a sociedade e o Estado (REALE & ANTISERI, 2005, p. 138).

A fundação da Academia é acontecimento de importância universal, pois nascia com ela a preocupação com a formação do homem ético, do homem cidadão preparado para enfrentar as questões da *pólis*. Na Academia, Platão, segundo Valle (2009, p. 19), “entendia a Filosofia vinculada intimamente com a política”. Dessa forma, educar era o mesmo que preparar o homem para a vida pública. A educação era uma busca constante da verdade, e esta não era, como informa Valle (2009, p. 19), “concebida como uma posse, mas como uma busca constante, um exercício contínuo de busca, constituía a tarefa mais fundamental para aqueles que desejavam o reestabelecimento da ordem política grega”. Essa preparação para a vida pública deveria começar já na infância, como diz o próprio Platão:

O homem, afirmamos, é um ser domesticável, e todavia se teve em sorte uma reta educação e uma índole feliz, se torna o mais divino e o mais delicado dos seres vivos, mas se não for educado de maneira adequada ou em modo não honroso se torna o mais selvagem entre os seres nascidos da terra. Por essa razão o regente não deve permitir que a educação das crianças se torne um fato secundário ou puramente acessório (PLATONE, 766 a, 1997, p. 283).

Platão idealizou sistema educacional que, iniciado na infância, prosseguiria na juventude até chegar à vida adulta, sempre tendo em vista a “formação do dirigente político”. No entanto, embora todos os que entravam na Academia fossem preparados para a vida pública, nem todos eram preparados para o governo da cidade. Ao longo da formação acadêmica, os indivíduos iam revelando suas aptidões naturais e, a partir delas, eram destinados às tarefas sociais que mais bem lhes competiam. Alguns, após longo percurso acadêmico, tornavam-se filósofos e, portanto, preparados para o exercício da política propriamente entendida como governo da cidade.

Convencido de que a educação é o caminho para a vida pública, Platão nela buscou lançar as bases de um novo homem, através de proposta pedagógica subordinada à concepção antropológica de formação do homem para construção da sociedade ideal, como registra Teixeira:

Como pano de fundo, o que está em jogo é o que poderíamos denominar uma Antropologia que seja capaz de responder a estas perguntas: que homem educar? Educar

para qual sociedade? Ou seja, qual é o modelo de homem e que sociedade queremos? Esta talvez tenha sido a preocupação central de Platão: formar o homem para uma sociedade ideal. A ela dedicou grande parte de sua filosofia (TEIXEIRA, 1999, p. 25).

Na base da concepção antropológica de Platão está dualidade corpo/alma. O dualismo platônico privilegia a “alma” em detrimento do corpo. Dessa forma, a educação está muito mais voltada para o aperfeiçoamento da alma do que para o treinamento do corpo, o que não significa dizer, em nenhuma hipótese, que Platão desprezava o corpo, cujo papel no processo pedagógico é relevante, principalmente, para a formação do homem político, uma vez que, por ser a política relação social, o corpo constitui instrumento dessa relação.

A ideia da primazia da alma sobre o corpo está presente em toda a obra de Platão e constitui uma de suas teses fundamentais. Na *Apologia de Sócrates* (Versão de Platão de discurso dado por Sócrates por volta de 399 a.C.), Platão coloca palavras na boca do mestre, injustamente acusado por Meleto, em sua própria defesa:

Nada mais faço a não ser andar por aí convencendo-vos, jovens e velhos, a não cuidar com tanto afinho do corpo e das riquezas, como de melhorar o mais possível a alma, dizendo-vos que dos haveres não provém a virtude para os homens, mas da virtude provém os haveres e todos os outros bens particulares e públicos. Se com esses discursos corroto os jovens, seriam maléficos estes preceitos; se alguém afirmar que digo outras coisas e não essas, mente (PLATÃO, *Apologia de Sócrates*, 30 a-b, 1997, p. 87).

Foi partindo do princípio antropológico que Platão desenvolveu todo o seu sistema educacional, que tem por finalidade preparar o homem para a vida pública, mais precisamente, para a participação cidadã na política. A Academia não foi, portanto, fundada para ser apenas uma instituição de ensino ou lugar de cogitações e discussões inócuas, mas, ao contrário, para ser centro de formação, berço - mais bem expressando - de nova sociedade, alicerçada na Justiça.

2.2 Partição da Alma e Divisão Social: Referência para Educação

É possível afirmar que a *magna quaestio* que filosofia platônica propõe resolver é o “próprio homem e seu destino”, missão recebida de seu mestre, através do “Conhece-te a te mesmo”, e que constituiu princípio e fundamento de toda a sua filosofia. Em obra *Teeteto* (Diálogo platônico sobre a natureza do conhecimento

em que aparece, talvez pela primeira vez explicitamente na Filosofia, o confronto entre verdade e relativismo), Platão afirma que a filosofia não tem outro objetivo se não busca em torno do próprio homem e de sua natureza: “(...) a todos aqueles que se ocupam da filosofia, a questão apropriada é (...) o que é o homem e o que convém à sua natureza (...)” (PLATÃO, Teeteto, 174b, 1997, p. 439).

A antropologia de Platão é marcada profundamente por uma dicotomia entre alma e corpo. Em princípio a educação se ocupa de ambos, como dá a entender o próprio Platão quando escreve em *A República*: “Mas como será a educação? Não seria, pois, difícil encontrar uma melhor do que aquela que já fora descoberta há tanto tempo? Essa consiste, em substância, na ginástica para o corpo e na música para a alma” (PLATONE, II, 376 e, 1997, p. 119).

Mas é a alma a destinatária de uma educação mais complexa. Também é a alma a portadora das habilidades humanas naturais. Assim sendo, é a alma o ponto de partida da antropologia platônica. Mondin (2001, p. 43) observa que: “este ponto de partida da reflexão filosófica de Platão determina também a figura de seu paradigma antropológico: é um paradigma do alto e não do baixo. Seu ponto de partida é a alma e não o corpo”, Dessa forma, a essência do homem está em sua alma, separada do corpo por função e por destinação. Enquanto a alma tem por função mais nobre a contemplação das Ideias, o corpo permanece preso aos sentidos e às coisas deste mundo. O destino da alma, portanto, é o mundo perfeito das Ideias. O corpo, por sua vez, destina-se à corrupção, assim como todas as coisas materiais.

Em *Fedon* (Diálogo sobre os últimos dias do filósofo de vida de Sócrates e que tem por tema a imortalidade da alma), Platão se refere à alma como “aquilo que é divino, imortal, diretamente intuitivo, cuja forma é uma só, que é indissolúvel e mantém sua própria identidade inalterada, a isto a coisa mais semelhante é a alma” (PLATONE, Fedon, 80 a-b, 1997, p. 189). Ainda nessa mesma obra ele afirma: “a nossa alma existe mesmo antes de entrar no corpo”.

A antropologia platônica admite uma separação essencial entre a alma e o corpo, que apresenta, em vários momentos, como prisão da alma. Segundo Mondin (2001, p. 48), “O corpo é a prisão da alma e ao mesmo tempo é também seu instrumento de purificação e de libertação”. No entanto, essa separação entre a alma e o corpo não é necessariamente uma contraposição contínua. A alma e o corpo podem agir em harmonia, principalmente no âmbito da moral. A dimensão mais nobre do ser humano permanece, todavia, a alma, de que o homem deve cuidar com prioridade. A educação, mesmo levando em conta as duas dimensões do homem, se debruça com maior interesse na dimensão intelectual, que é a própria alma, única capaz de contemplar a Verdade existente no mundo das Ideias.

A respeito das ideias fundamentais da antropologia platônica, vale citar Mondin:

A alma constitui toda a essência do homem, a sua verdade, a sua natureza; essa, de fato, existe antes do corpo e pode continuar existindo independente dele. Se encontra no corpo, mas lhe é estranho, pois, não lhe pertence originariamente e dele pode libertar-se (...). A partir do momento em que a alma se encontra presa no corpo, além do conhecimento intelectual passa a ser dotada também do conhecimento sensitivo. Em seu livro *Menon*, Platão afronta a questão do conhecimento. Sua teoria faz coincidir essencialmente o conhecimento com o processo de recordação. A alma, de fato, sendo imortal e preexistente ao corpo, pode contemplar as ideias (...). O conhecimento sensível na antropologia platônica possui a função de despertar através o encontro com os objetos materiais a recordação das ideias presente na parte racional da alma (MONDIN, 2000, p. 34).

Ainda em *A República* Platão afirma: “(...) cada um de nós não nasceu igual ao outro, mas com uma precisa disposição para uma particular atividade” (PLATONE, II, 370b, 1997, p. 107). Daí resulta que, segundo Platão, cada indivíduo já nasce com uma predeterminação natural que deverá desenvolver-se com a educação desde a infância. Segundo Aranha e Martins (2003, p. 223), “Partindo do princípio de que as pessoas são diferentes e por isso devem ocupar lugares e funções diversas na sociedade, Platão propõe que o Estado, e não a família, assuma a educação das crianças”. Dessa forma, as habilidades particulares de cada indivíduo seriam desenvolvidas pela escola e, a partir delas, o indivíduo seria alocado em uma esfera social. As esferas sociais refletem as esferas da alma, uma vez que a antropologia platônica é também a base de sua discussão política.

Ao se referir à estrutura da alma humana, Mondin (2001, p. 60) enuncia: “Platão estuda a alma humana por diversos pontos de vista e recorre a várias chaves de leitura. Ele estuda a alma em chave psicológica, fisiológica, política e ontológica”. Aqui se considerará o significado político. Em *A República*, Platão usa a tripartição da alma para explicar a estrutura social. No entanto, ele não fala de três almas, e sim de três faculdades da alma. Assim como o homem em sua alma é uno, o Estado também é uno. As faculdades da alma são racionalidade, irascibilidade e concupiscência. A primeira corresponde à classe dos

governantes, com alma de ouro; a segunda, à classe dos militares, com alma de prata; e a terceira, à classe dos artesões, com alma de bronze.

Como dito acima, deve ser o Estado e não a família a promover a educação desde a infância. Essa educação provida pelo Estado estaria subordinada a projeto pedagógico ligado às habilidades naturais de cada indivíduo correspondentes a uma faculdade da alma. No entendimento de Aranha e Martins, na teoria de Platão:

A educação promovida pelo estado seria igual para todos até os vinte anos, quando dar-se-ia o primeiro corte, após a identificação daqueles que, por possuírem a “alma de bronze”, teriam a sensibilidade grosseira e deveriam por isso dedicar à agricultura, ao artesanato e ao comércio. Caberia a esses cuidar da subsistência da cidade. Os outros continuariam os estudos por mais dez anos, até o segundo corte, que identificaria aqueles que têm a “alma de prata e a virtude da coragem essencial aos guerreiros”. A eles seria destinada a guarda do Estado, a defesa da cidade. Os mais notáveis, que sobrariam desses cortes, por terem a alma de ouro, seriam instruídos na arte de pensar a dois, ou seja, na arte de dialogar. Estudariam filosofia, fonte de toda verdade, que eleva a alma até o conhecimento mais puro. Aos cinquenta anos, aqueles que passassem com sucesso pela série de provas estariam aptos a ser admitidos no corpo supremo dos magistrados. Caberia a eles o *governo da cidade* (ARANHA & MARTINS, 2003, p. 223).

Segundo Platão, as aptidões naturais de cada indivíduo já começariam a despontar na infância. Daí a importância de uma educação adequada e atenta, que privilegie o lúdico em detrimento da violência: “não eduquem as crianças com o uso da força, mas em forma de jogo, desse modo sabereis discernir melhor as aptidões naturais de cada uma” (PLATONE, 537 a, 1997, p. 387). As aptidões desenvolvidas colocariam cada em sua classe social. As crianças seriam submetidas a um projeto pedagógico bem estruturado, que contaria, além da ginástica e da música, com currículo projetado para corresponder às necessidades de cada idade. O currículo abrangeria a ciência do cálculo e geometria, entre outras, como registra o próprio Platão (Cfr. *A República* 537 d), todas elas propedêuticas da Dialética.

À primeira vista, a teoria platônica da divisão da sociedade (Estado) em classes pode parecer elitista e excludente. No entanto, leitura aprofundada de suas obras, principalmente de *A República*, sua obra política por excelência – apesar de

Rousseau (2002, p. 12) ter escrito que *A República* “não é uma obra política (...) é o mais belo e inacabado tratado sobre educação – mostrará que o filósofo de Atenas não foi elitista nem excludente. De fato, ele parte do princípio de que os homens não são iguais e que a desigualdade é natural, e não social, nada tendo a ver com títulos de nobreza, pertença a família aristocrata ou riqueza. A diferença natural se manifesta apenas nas habilidades, que não tornam uns superiores a outros, mas apenas diferentes em suas funções na cidade, razão por que “... cada um deles deve colocar a própria atividade a disposição de todos” (PLATONE, 369 e, 1997, p. 105). O filósofo governante não é superior ao militar ou ao artesão, mas apenas exerce função diferente. Ele governa tendo em mente o bem comum e não o próprio bem.

É bem verdade que a divisão social, em primeiro plano, não é móvel, ou seja, um artesão não pode vir a ser um militar e vice-versa, mas um filho de artesão, se nascer com habilidades intelectuais satisfatórias, poderá vir a ser filósofo e participar do governo da cidade, já que ser filósofo não é privilégio social, mas habilidade natural. Dessa forma, não se pode acusar Platão de elitista. Ao contrário, mesmo sendo filho de aristocratas e pertencer à elite ateniense, ele viveu como autêntico filósofo: abnegado das coisas materiais e mundanas e voltado para as coisas imateriais, vale dizer, empenhado na busca da Verdade e da Justiça.

Os artesões não seriam uma classe de oprimidos e dominados. Seria a classe responsável pela manutenção material da cidade. Seriam eles a suprir as necessidades da *pólis*. Eles abrangeriam agricultores, ferreiros, sapateiros, carpinteiros, engenheiros, comerciantes em geral, enfim, pessoas dotadas de habilidades técnicas. Em *A República*, quando Platão, através do diálogo de Sócrates com Adimanto, começa a idealizar a cidade perfeita, ele inicia por enumerar as necessidades mais elementares e aqueles que seriam os responsáveis por suprir a demanda dessas necessidades. Os artesões, por conseguinte, em suas tarefas, mais do que fazer uso do intelecto, fariam uso de suas capacidades técnicas, razão por que não precisariam da escola para desenvolver suas habilidades, mas sim para desenvolver a disciplina e a virtude própria da classe dos artesões: temperança.

Os militares, por sua vez, não seriam uma classe de opressores, mas, sim, responsáveis pela segurança do Estado. Dotados de habilidades de guerra e de coragem, possuiriam força física e certa força intelectual. Eles compõem a segunda classe da pirâmide social e a eles seria dada educação que, desde a infância, estimulasse a harmonia entre a alma e o corpo. A educação aplicada aos militares possuiria dois pressupostos: aptidão física (força) e aptidão psíquica (inclinação à coragem). Nesse caso, a finalidade da ginástica para o corpo, como

afirma Teixeira (1999, p. 82), “não é a robustez física do atleta, mas desenvolver a coragem do guerreiro”. A força e a coragem deveriam ser desenvolvidas em harmonia. A força sem a coragem é inócua, a coragem sem a força, por sua vez, é vã.

Os militares seriam educados de forma diferenciada, como registra Muñoz:

Eles terão um modo de vida destinado a evitar qualquer risco de alteração de sua natureza privilegiada – evitar qualquer corrupção de sua alma - , não devendo ter nenhuma outra propriedade exceto a de seus corpos (não terão bens, casa, família, filhos). As guardiãs (pois não haverá, para Platão, distinção de sexo na escolha dos guardiões) deverão desempenhar suas funções de acordo com sua força física (MUÑOZ, 2008, p. 112).

O projeto pedagógico de Platão para a educação dos militares não contemplava, como outras práticas educacionais de guerreiros, por exemplo, de Esparta, o corpo como arma bruta de batalha, mas, sim, como recipiente da alma. Mesmo o critério de classificação das habilidades sociais, tinha por fonte primária a alma e não o corpo. A educação, mesmo a dos militares, tinha foco na virtude, característica da alma. Não bastava ser forte para ser guerreiro, era preciso desenvolver habilidades psíquicas. Toda a atenção dada ao corpo era como momento propedêutico para desenvolvimento da alma.

Os dotados de capacidade intelectual, após longa formação acadêmica, passariam a integrar a classe dos filósofos, responsáveis pelo governo da cidade, homens abnegados e despojados de toda e qualquer ambição, aptos a conduzir a *pólis* com Justiça. A Academia fora criada propriamente para eles, cuja alma é representada pelo ouro e, portanto, de notável superioridade intelectual.

A formação acadêmica dos governantes filósofos era longa e sistemática. A princípio, após passarem pela formação geral, os notáveis na Matemática teriam seus estudos filosóficos continuados. A Matemática exercia função classificatória e propedêutica em relação à Filosofia. A esse respeito, Teixeira registra:

Platão parece ter claro que somente as matemáticas poderão provar as melhores naturezas e selecionar aqueles espíritos que um dia serão dignos da Filosofia, porque somente devem ocupar-se dela aqueles que estão à sua altura. A função educativa que exerce a matemática é uma função preparatória. Ao mesmo tempo em que seleciona os filósofos, também os prepara para o seu futuro trabalho:

governar a cidade com justiça, coragem, temperança e sabedoria (TEIXEIRA, 1999, p. 44).

A seleção para a formação acadêmica aconteceria por volta dos vinte anos, após terem passado pela formação geral com destaque intelectual. A eles seria ministrada educação que prepararia suas almas para a contemplação do Belo, do Justo, enfim, do Uno, tornando-os aptos a governar, pois, seus corpos seriam governados pela mente, o que os elevaria à estância racional da sociedade.

Depois de toda a formação recebida, como os outros, os filósofos aprenderiam não mais apenas a dominar seu corpo e suas paixões, mas também a gradativamente distanciar-se dele. Essa distância nada tem haver com desprezo, mas significa autocontrole, que, no caso dos governantes, levaria ao desinteresse por tudo aquilo que fosse considerado supérfluo.

A esse progressivo distanciamento do mundo sensível e, portanto, de tudo o que faz referência aos sentidos e ao corpo, Platão denominou Dialética, esforço contínuo da mente na busca da Verdade, que só pode ser empreendida deixando para trás o mundo sensível. A esse respeito, Teixeira registra:

A juventude deve ser posta em contato, primeiramente, com o mundo sensível, através da musica e da ginástica. Paulatinamente, com o estudo da matemática, ela aprenderá a se desprender do mundo sensível para contemplar a verdadeira realidade. o estudo da dialética assumirá a cúpula desta formação intelectual, visto que somente pela dialética chega-se à Filosofia (TEIXEIRA, 1999, p. 44).

A Dialética é em sua essência movimento. Assim, pode-se aferir que a gnosiologia platônica se fundamenta na ideia de movimento, ascendente, quando progressivamente se abandona a via sensorial na tentativa metafísica de atingir a Ideia suprema de Bem; descendente, quando, os que contemplaram a Verdade vão ao encontro daqueles que dela necessitam. Na linha ascendente da dialética tem-se o aspecto gnosiológico do governante filósofo que busca incansavelmente a verdade do alto; na linha descendente, tem-se o ato de colocar em prática, em benefício de todos, o efeito do conhecimento da Política e da Ética.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Platão está na História como um dos mais importantes e, portanto, um dos mais influentes pensadores da educação. O alcance de sua obra é universal. A política, a ética, a pedagogia, a religião, enfim todas estas grandes áreas do

saber humano buscam nele referencial teórico como momento fundante. Sua antropologia, no entanto, dá base a tudo isso. É o homem pensado não apenas em sua realidade existencial, mas, sobretudo, em sua dimensão metafísica, que serve de base conceitual para toda a filosofia platônica.

A educação pensada por Platão cumpre sua dupla missão antropológica: de um lado, prepara o homem ético e político capaz de construir uma sociedade pautada na justiça e no bem comum; de outro, é o caminho dialético que conduz o homem em sua árdua jornada na perseguição da Verdade.

O projeto pedagógico platônico, inspirado em sua antropologia dualística, perpassou o cristianismo medieval e idealismo racionalista moderno, para chegar aos nossos dias. Grandes educadores foram influenciados por Platão: Santo Agostinho, Rousseau, Kant, Weber, entre muitos outros, podem ser citados. Todos eles encontram em Platão ideais fundantes de suas teorias pedagógicas.

O dualismo antropológico, como se viu, norteia a pedagogia platônica e faz da alma o centro próprio da consciência humana. É a alma a dimensão que verdadeiramente importa ao educador, pois é ela a essência do homem. Somente ela tem acesso à realidade suprassensível e inteligível, morada da Verdade, alcançável apenas através o processo dialético que outra coisa não é se não o esforço da alma em “sair da caverna”, abandonando as sensações, fonte de engano, para atingir o conhecimento das ideias. Esse movimento reflete a ascensão da alma ao hiperurânio, mundo das essências.

No entanto, o projeto educacional de Platão e a fundação da Academia não são um fim em si, mas um meio para alcançar outro fim desejado: a vida pública. Não era admissível que o governo da cidade estivesse nas mãos de pessoas ignorantes desejosas apenas de tirar vantagem da coisa pública. Uma república sólida e justa demandava que seus cidadãos fossem educados e preparados para ocupar suas funções sociais. Daí a política se torna tema central do pensamento platônico.

As pretensões políticas de Platão não se traduziram em disputas de poder ou busca por cargos públicos, mas se materializaram em preocupação de base, pois ele estava convencido de que somente formando um homem novo seria possível renovar o sistema político. E essa formação competia à educação.

A educação em Platão, longe de constituir preparação técnica, visa uma preparação para a vida social. Antes de ocupar qualquer lugar na sociedade e de nela exercer qualquer função, era preciso formar o homem nobre, voltado para a justiça e para o bem comum. Nesse caso a educação é o processo de humanização.

No projeto pedagógico-político de Platão, o filósofo ocupa dupla função: de um lado, ele é o educador por excelência; de outro, ele é o destinado ao governo da cidade. Assim, educação e política são as competências próprias do filósofo. Como educador ele é formador de consciência crítica, aquele que aponta o caminho de saída do mundo das aparências, das ilusões e da vaidade; como político ele é o guardião da justiça e do bem comum, abnegado de toda pretensão de poder, riqueza ou fama, totalmente voltado ao bem de seus compatriotas.

Dessa forma conclui-se que o projeto platônico para fundação da República Justa tem um princípio antropológico, tendo a educação como meio e a política como fim.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dizionario di filosofia**. 3ª.ed. aggiornata e ampliata da Giovanni Fornero. Torino, UTET: 2001.

_____. **Storia della filosofia. La filosofia antica, la Patristica e la Scolastica**. Vol 1º. Totino: UTET, 2003.

ARANHA, M.L.de Arruda & MARTINS, M.H.Pires., **Filosofando, Introdução à Filosofia**. 3ª. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

DE KONINCK. **Filosofia da Educação**: ensaio sobre o devir humano. Tradução Márcio Anatole de Sousa Romeiro. São Paulo: Paulus, 2007.

HEGEL, G.W.F. **Lezione sulla storia della filosofia**. Vol 2. Firenze: Mondatori, 1964.

LECLERC, È. **Rencontre d'immensités. Une lecture de Pascal**. Paris: Descleé de Brouwer, 1993.

IRWIN, W. **Matrix**: bem-vindo ao deserto do real. Editor Willian Irwin, Tradução: Marcos M. Leal, São Paulo: Mandras, 2005.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à História da Filosofia**: dos pré-socráticos a Wittgenstein. 13ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

MONDIN, B. **Storia dell'Antroologia Filosofica**. Vol. 1. Bologna: ESD, 2001.

_____. **Manuale di Filosofia sistematica**. VI. 5, Antropologia Filosofica. Bologna: ESD, 2000.

MUÑOZ, A.A. **Curso de Filosofia Política**. Do nascimento da Filosofia a Kant. Coordenação: Ronaldo Porto Macedo Jr. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

PLATÃO. **A República**. Tradução de Enrico Corvisieri. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2004.

PLATONE. **Republica**. In **Tutte le opere**. Vol. 4, Edizione integrali com testo Greco a fronte. A cura di Enrico Maltese. Milano: Newton, 1997.

_____. **Leggi**. In **Tutte le opere**. Vol. 5, Edizione integrali com testo Greco a fronte. A cura di Enrico Maltese. Milano: Newton, 1997.

_____. **Apologia di Socrate in Tutte le opere**. Vol. 1. Edizione integrali com testo Greco a fronte. A cura di Enrico Maltese, Roma: Newton, 1997.

_____. **Teeteto in Tutte le opere**. Vol. 1. Edizione integrali com testo Greco a fronte. A cura di Enrico Maltese, Roma: Newton, 1997.

_____. **Fedone in Tutte le opere**. Vol. 1. Edizione integrali com testo Greco a fronte. A cura di Enrico Maltese, Roma: Newton, 1997.

REALE, Giovanni & DARIO, Antiseri. **História da Filosofia**: Antiguidade e Idade Média. Vol. 1. 9ª. ed. São Paulo: Paulus, 2005.

ROUSSEAU, J. J. **Emilio**: o dell'educazione. A cura di Paolo Massimi. Roma: Mondadori, 2002.

TEIXEIRA, E.F.B. **A Educação do Homem segundo Platão**. São Paulo: Paulus, 1999.

VALLE, B. Platão: a caverna como referência ética. In **Ética em Movimento**: contribuições dos grandes mestres da filosofia. Orgs: Anor Sganzerla, Ericson S. Falabretti, Francisco V. Bocca. São Paulo: Paulus, 2009.